



37
AS

PARECER JURÍDICO

Requerente: Câmara Municipal de Rolim de Moura/RO

Solicitante: Presidência da Casa Legislativa

Assunto: Projeto de Lei n.º 088/2022

Protocolo na Ass. Jur.: 21/06/2022

Data da apresentação do PL: 14/06/2022

Ementa: Dispõe sobre “Autoriza a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro no valor de R\$ 13.355,28”. Secretaria Municipal de Obras, devolução de saldo e rendimentos de convênio SICONV Nº 864193/2018.

1. DO RELATÓRIO

Foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº. 088/2022, de 13 de junho de 2022, de autoria do Executivo Municipal, que tem por escopo dispor sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$ R\$ 13.355,28 (*treze mil trezentos e cincuenta e cinco reais e vinte e oito centavos*), recursos estes, destinados à *devolução de saldo e rendimentos de convênio SICONV Nº 864193/2018*.

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.



2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1. Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República e no art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

Trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, quanto à competência e iniciativa a Assessoria Jurídica OPINA favorável à tramitação do Projeto de Lei em comento.

2.2. Da Legislação Federal Vigente

A abertura de crédito adicional especial é destinada para despesas não previstas no orçamento, de acordo com os artigos 40, 41 e 42 da Lei nº. 4.320/64.

Vejamos:

“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.”

JP



Assim, impondo limites às ações do executivo, os dispositivos supramencionados pretendem limitar o gasto público ao previsto no orçamento, que é valorizado na medida em que exige autorização legislativa para abertura de créditos estranhos ao orçamento vigente.

2.3. Das Classificações e Fontes de Recursos

Os artigos 1º, 2º e 3º do Projeto de Lei em comento, solicita autorização legislativa para abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro, nos valores acima mencionados, objetivando executar as ações descritas anteriormente.

O Projeto encontra-se instruído com memorando de nº 261/SEMOSP/2022 exarado no dia 01/06/2022, o qual dispõe sobre a necessidade de abertura de crédito, aperfeiçoando, portanto, a justificativa para o presente Projeto de Lei.

Foi anexado também aos autos do referido Projeto de Lei, o demonstrativo de evolução financeira do respectivo saldo remanescente do convênio ser devolvido em 27/05/2022 calculado no valor exato do pretendido pelo Ente. Para que haja, porém, o superávit financeiro, indispensável que o crédito a ser aberto, possua valor suficiente em fonte específica no último dia do exercício anterior, é o que possível de se averiguar com a juntada do extrato bancário do respectivo fundo de investimento, datado de 31/12/2021, o qual demonstra saldo suficiente para a presente abertura de crédito, perfazendo, portanto, adequação orçamentária ao pleito requisitado.

2.5. Do Parecer Contábil

PF



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
ASSESSORIA JURÍDICA

Persistindo dúvidas quanto ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do Projeto de Lei em análise, a Assessoria Jurídica s.m.j. recomenda aos vereadores, em especial aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, que solicitem parecer ou orientação técnica junto à Controladoria Interna desta Casa de Leis, levando-se em consideração que o Controlador Interno, é contador público.

2.6. Da Tramitação e Votação

Preliminarmente, a propositura dever ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça, Redação e Cidadania (art. 41, inciso I do R.I.), e de Orçamento, Finanças, Controle Externo, Obras, Serviços Públicos e Infraestrutura (art. 41, inciso II do R.I.).

Após a emissão dos pareceres na forma regimental, sendo a matéria aprovada nas respectivas comissões, poderá a matéria ser incluída na ordem do dia, devendo ser votada em turno único de discussão e votação.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica opina pela regular tramitação da matéria, uma vez que estão efetivamente demonstrados os requisitos formais e legais à luz da legislação vigente. Há de se ressaltar, porém, que o objeto desta manifestação é puramente a averiguação dos requisitos jurídicos para expressos na legislação vigente, não sendo objeto desta análise, o mérito da propositura, uma vez que tal decisão cabe ao parlamento, no exercício do *múnus* da Vereança.

A emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
ASSESSORIA JURÍDICA

representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer.

Rolim de Moura, 05 de agosto de 2022.

JORGE GALINDO LEITE
ADVOGADO/ASS. JURIDICO LEGISLATIVO OAB/RO 7137